



Com a Claro, você se conecta + com o que ama.

# AMERICEL S.A.

CNPJ: 01.685.903/0001-16



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas:** Atendendo às disposições legais, a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras resumidas da Americel S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Permanecemos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	Notas	2025	2024
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	57.245	5.917
Contas a receber, líquidas	5	16.022	2.322
Partes relacionadas	13	101.441	13.392
Tributos a recuperar, líquidos	6.1	21	463
Outros ativos		8.465	2.131
		183.194	24.225
<b>Não circulante</b>			
Tributos a recuperar, líquidos	6.1	51.504	49.361
Tributos diferidos, líquidos	6.2	212.673	159.196
Depósitos e bloqueios judiciais	12.1	107.414	94.271
Outros ativos		1.975	2.366
Investimento	7	4.557.029	3.961.580
Imobilizado	8	20.833	24.039
Intangível	9	4.207	1
		4.955.635	4.290.814
<b>Total do ativo</b>		<b>5.138.829</b>	<b>4.315.039</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes		Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros adicional proposta	Lucros acumulados	Ganhos em transações de capital	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	1.688.598	186.679	1.969.205	—	961	3.829.926
Lucro líquido de exercício	—	—	—	105.569	—	105.569
Aumento de capital (Nota 16)	2.004.205	—	(1.954.205)	—	—	50.000
Constituição de reserva legal (Nota 16)	—	5.278	—	(5.278)	—	—
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 16)	—	—	—	(1.003)	—	(1.003)
Dividendo adicional proposto	—	—	—	99.288	(99.288)	—
Dividendos intermediários (Nota 16)	—	—	(15.000)	—	—	(15.000)
Atualização de passivo atuarial, líquido	—	—	—	—	2.665	2.665
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	3.692.803	191.957	—	99.288	—	3.972.157
Lucro líquido de exercício	—	—	—	612.029	—	612.029
Aumento de capital (Nota 16)	9.739	—	—	—	—	9.739
Constituição de reserva legal (Nota 16)	—	30.601	—	(30.601)	—	—
Constituição de reserva de lucros a realizar (Nota 16)	—	—	575.613	(575.613)	—	—
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 16)	—	—	—	(5.815)	—	(5.815)
Dividendo adicional proposto	—	—	—	(99.288)	—	(99.288)
Atualização de passivo atuarial, líquido	—	—	—	—	6.464	6.464
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	3.702.542	222.558	575.613	—	(6.388)	4.495.286
			798.171	—	(5.427)	—

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Americel S.A. ("Americel" ou "Companhia"), sociedade por ações de capital fechado constituída em 18 de fevereiro de 1997, tem como objeto social a prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), e, a prestação de serviços de instalação, manutenção, comercialização e locação de bens. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia é controlada pela Claro Telecom Participações S.A. ("ClaroPar"), detentora de 99,77% do capital social total.

#### 2. BASES DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas em conformidade com as Normas Contábeis Internacionais ("IFRS Accounting Standards") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica CPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

##### b) Bases de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

As políticas e práticas contábeis materiais adotadas na preparação dessas demonstrações financeiras são consistentes com aquelas seguidas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2026.

##### c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) que também é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos.

#### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

##### 3.1. Novos pronunciamentos contábeis

Os pronunciamentos abaixo foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis ("CPC") e pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2025 e não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas e Emendas a Normas	Alterações	Vigências
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	A atualização do CPC 18 contempla a aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas.	1º de janeiro de 2026
IAS 21 correlato ao CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade disponível no mercado.	1º de janeiro de 2026
Alterações à IFRS 9 e ao IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	- Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos. - Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos. - Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa.	1º de janeiro de 2026
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Introduziram modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, reforçando consistência e comparabilidade.	1º de janeiro de 2026
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11	Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 2 Demonstração dos Fluxos de Caixa.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Substitui a IAS 1, incorporando diversas exigências anteriormente existentes e introduzindo novos requisitos, alguns parágrafos da IAS 1 foram transferidos para a IAS 8 e IFRS 7. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 e IAS 33 - Lucro por Ação.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos mantendo a aplicação integral dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação previstos nas IFRS.	1º de janeiro de 2027

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Os diretores da Companhia esperam que a aplicação dessas alterações não tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras no futuro, exceto pelo IFRS 18, cujos efeitos esperados estão relacionados exclusivamente à forma de apresentação e à transparência das informações, sem impacto no lucro líquido ou no patrimônio. Sua adoção demandará ajustes nas notas explicativas e adequação às novas categorias de classificação.

##### 3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício, vide Notas 4 e 19.

##### 3.3. Instrumentos financeiros

###### a) Ativos financeiros

**Reconhecimento inicial e mensuração**  
Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados nas seguintes categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) a valor justo por meio de resultado.

A classificação dos ativos financeiros depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios no qual é gerenciado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e créditos com partes relacionadas.

###### b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:  
**Ativos financeiros ao custo amortizado**  
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda na baixa é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**  
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

**Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**  
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente a valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

###### Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:  
• O direito de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou  
• Ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (i) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

###### b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os ativos financeiros não detidos pelo valor justo por meio do resultado, aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo ativo.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

###### c) Passivos financeiros

###### Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) a outros passivos financeiros. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo e, mais ou menos, no caso relacionado ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e passivos com partes relacionadas.

###### Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, conforme descrito abaixo:  
**Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**  
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultados.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 48. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

###### Passivos financeiros a custo amortizado

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetiva.

###### Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis é reconhecida na demonstração dos resultados.

###### d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

###### 3.4. Contas a receber, líquidas

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas menos as perdas de crédito esperadas. As contas de clientes dos serviços de telecomunicações são registradas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Incorrem também serviços prestados e não faturados até as datas dos balanços e as contas a receber decorrentes de cessão de meios, circuitos e compartilhamento de silêncios, vide Nota 5.

###### 3.5. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos, vide Nota 19.

###### 3.6. Estoques

Reconhecidos substancialmente por itens de reposição de equipamentos de transmissão e equipamentos de infraestrutura.

###### 3.7. Investimento

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação à investida. O investimento da Companhia em sua coligada foi contabilizado inicialmente ao custo e é atualizado com base no método da equivalência patrimonial.

Os valores contábeis dos investimentos são ajustados para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia nos patrimônios líquidos das coligadas a partir da data de aquisição. As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia e as práticas contábeis adotadas pela coligada, são consistentes (ajustadas quando aplicável) com aquelas adotadas pela Companhia.

Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

###### 3.8. Imobilizado

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens revisada anualmente ao final de cada exercício, vide Nota 8.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis, quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

###### 3.9. Arrendamento mercantil

A Companhia avalia na data do início dos contratos, se esses contratos são ou contêm arrendamentos, se eles transmitem o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida.

No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de arrendamento se o contrato for de longo prazo e os ativos de arrendamento não ultrapassarem 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia possui arrendamento de determinados equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor.

###### Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos são subsequentemente mensurados ao custo, deduzidos da depreciação acumulada, das perdas por redução ao valor recuperável e ajustadas por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo do ativo de direito de uso refletir o exercício de uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	Notas	2025	2024
Receita operacional, líquida	17	282.846	156.659
Custo dos serviços prestados	18	(16.807)	(17.785)
Lucro bruto		266.039	138.874
Despesas comerciais	18	(4.615)	(2.821)
Despesas gerais e administrativas	18	(83.841)	(4.106)
Resultado de equivalência patrimonial	7	589.673	60.929
Outras despesas operacionais, líquidas		(2.147)	(16.572)
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social		765.109	176.304
Receitas financeiras	19	24.603	10.176
Despesas financeiras	19	(173.382)	(61.184)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		616.330	125.296
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(58.132)	(27.525)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	53.831	7.798
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>612.029</b>	<b>105.569</b>
<b>Lucro líquido por ação, em reais</b>		<b>0,00794</b>	<b>0,00137</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	2025	2024	
<b>Lucro líquido do exercício</b>		612.029	105.569

### Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:

Ganhos no reflexo da atualização do plano de benefício	9.793	4.038
Efeito de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho no reflexo da atualização do plano de benefício	(3.329)	(1.373)
<b>Outros resultados abrangentes, do exercício, líquidos de impostos</b>	<b>6.464</b>	<b>2.665</b>
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>	<b>618.493</b>	<b>108.234</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.

# Eu sou novo

## AMERICEL S.A.

CNPJ: 01.685.903/0001-16



### → continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

#### Tributos sobre serviços

A Companhia está sujeita, quando aplicável, aos seguintes tributos:

- PIS - Programa de Integração Social
  - COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
- As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de serviços na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatidade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

#### 3.13. Participação de empregados no resultado

A Companhia constitui provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em metas de performance estabelecidas de acordo com o planejamento anual.

#### 3.14. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu valor de custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco e do valor envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### 3.15. Ajuste ao valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

#### 3.16. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

A Companhia presta serviços de instalação, operação, provimento de circuitos e compartilhamento de infraestrutura, onde as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados conforme vigência de contrato.

#### 3.17. Resultado financeiro

Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre títulos e valores mobiliários, mútuo com partes relacionadas e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com PIS e COFINS (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio ativo, quando aplicável).

#### 3.18. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço. O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá:

- No principal mercado para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.

O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou um passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado ajam no seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado de gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que iria usar o ativo em seu maior e melhor uso. A Companhia usa técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para os quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como o seu todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável.

Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.

#### 3.19. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

#### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas ao futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas na data das demonstrações financeiras, que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, são descritas a seguir.

**Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorariam a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de perpetuidade.

**Tributos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.

#### Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias, trabalhistas e regulatórias avaliadas como perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido à imprecisão inerente ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A Companhia registra provisões para contingências no passivo circulante e não circulante, de acordo com a estimativa de prazo de liquidação. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 12.

**Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão**

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxa observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento.

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e em períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o contrato. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de beneficiários ou customizações significativas no ativo arrendado).

**Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego**

O custo de benefício definido e o valor presente da obrigação de planos de aposentadoria com benefício definido, com contribuição variável e de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e crescimento de custos médicos. A obrigação de cada um dos planos é sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de títulos públicos representados por papéis Notas do Tesouro Nacional série B ("NTN-B") com vencimento correspondente à duração da obrigação atuarial do benefício definido de cada plano. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade usualmente adotadas no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria se baseiam na política de recursos humanos da organização considerando o perfil dos participantes envolvidos e nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Crescimento dos custos médicos corresponde a uma curva decrescente que parte da expectativa de curto prazo de aumento dessas despesas com redução gradual até a expectativa de longo prazo. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 14.

**Provisão para perdas de crédito esperadas**

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando o vencimento dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para receber eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

**Provisão para desmantelamento de ativos**

A provisão para obrigações decorrentes da desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros, registrada em contrapartida ao ativo imobilizado, são registradas com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados.

O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes dos impostos que reflete riscos específicos inerentes à obrigação por desativação dos ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido.

Os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros são capitalizados e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos.

Os custos futuros estimados de desativação são revisados anualmente. Mudanças nos custos futuros ou nas taxas de desconto aplicadas são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e bancos	642	251
Equivalentes de caixa	56.603	5.705
	<b>57.245</b>	<b>5.917</b>

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Os equivalentes de caixa compreendem aplicações financeiras que são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras referem-se principalmente a Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata e referenciados a Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") com taxa média de 15,01% a.a. (12,15% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

#### 5. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	2025	2024
Contas a receber circuitos e compartilhamento	16.862	3.162
Provisão para perdas de crédito esperadas	(840)	(840)
	<b>16.022</b>	<b>2.322</b>

A seguir apresentamos os montantes a receber, por idade de vencimento:

	2025	2024
A vencer	13.166	204
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	67	154
De 31 a 90 dias	306	161
Mais de 90 dias	<b>3.223</b>	<b>2.643</b>
	<b>16.862</b>	<b>3.162</b>

#### 6. TRIBUTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS, LÍQUIDOS

6.1. Tributos a recuperar, líquidos

	2025	2024
ICMS a recuperar	260	260
Imposto de renda e contribuição social	-	412
Imposto de renda retido na fonte	-	30
PIS/COFINS <sup>(1)</sup>	<b>51.244</b>	<b>49.101</b>
Outros	21	21
	<b>51.525</b>	<b>49.824</b>

Circulante

Não circulante

<sup>(1)</sup> Contempla crédito de PIS e COFINS decorrente da ação judicial transitada em julgado em agosto de 2018 para exclusão do ICMS das bases de cálculo das referidas contribuições da Companhia, o montante de R\$51.244 em 31 de dezembro de 2025 (R\$47.724 em 31 de dezembro de 2024), referentes aos períodos de 2001 a 2006.

#### 6.2. Tributos diferidos, líquidos

O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pela Companhia, quando aplicável, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32.

A Companhia tem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários.

Os créditos tributários diferidos apresentados foram constituídos no pressuposto de sua provável realização futura.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, considerados no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, é devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	2025		2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Ativo fiscal diferido				
Prejuízos fiscais	20.112	7.240	27.352	38.483
Provisão para contingências	103.446	37.240	140.686	47.879
Tributos com exigibilidade suspensa	23.647	8.513	32.160	21.194
Ativos sobre IFRS16/CP06 (R2)	401	144	545	378
Plano atuarial	143	51	194	465
Outras diferenças temporárias	8.630	3.106	11.736	8.657
	<b>156.379</b>	<b>56.294</b>	<b>212.673</b>	<b>117.056</b>

	2025		2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Ativo fiscal diferido				
Prejuízos fiscais	20.112	7.240	27.352	38.483
Provisão para contingências	103.446	37.240	140.686	47.879
Tributos com exigibilidade suspensa	23.647	8.513	32.160	21.194
Ativos sobre IFRS16/CP06 (R2)	401	144	545	378
Plano atuarial	143	51	194	465
Outras diferenças temporárias	8.630	3.106	11.736	8.657
	<b>156.379</b>	<b>56.294</b>	<b>212.673</b>	<b>117.056</b>

#### a) Movimentação do imobilizado

	2025		2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Custo em 31 de dezembro de 2023				
Adições	-	1.189	-	-
Baixas	-	(219)	-	-
Transferências	-	3	-	-
Custo em 31 de dezembro de 2024				
Adições	376.781	357.922	36.851	5.371
Baixas	(153.900)	(224.245)	(232)	(5.067)
Transferências	-	4	18	-
Operação societária <sup>(a)</sup>	2.762	-	5.759	-
Custo em 31 de dezembro de 2025	225.643	133.740	42.396	304
Depreciação em 31 de dezembro de 2023	(374.316)	(355.617)	(36.850)	(5.213)
Adições	(1.072)	(751)	(1)	(15)
Baixas	18.358	23	210	-
Depreciação em 31 de dezembro de 2024	(375.388)	(356.158)	(36.851)	(5.228)
Adições	(636)	(511)	(592)	(12)
Baixas	153.900	224.222	232	5.067
Operação societária <sup>(a)</sup>	(1.119)	-	(2.834)	-
Depreciação em 31 de dezembro de 2025	(223.243)	(132.447)	(40.045)	(173)
Imobilizado, líquido	2.400	1.293	2.351	131

<sup>(a)</sup> Equipamentos de informática, móveis e utensílios.

<sup>(2)</sup> Conforme descrito na Nota 16, em 01 de julho de 2025, em AGE, foi aprovado um aumento de capital da Companhia mediante a conferência à Companhia do acervo líquido de titularidade da Claro denominado "Plataforma Gol Revolution".

O saldo do imobilizado em andamento é constituído principalmente por gastos com obras civis e equipamentos para a construção de rede de transmissão.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não ocorreram encargos financeiros relativos a financiamentos para aquisição dos equipamentos em construção ou encerramento das obras de instalação.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía bens do ativo imobilizado dados em garantia de processos judiciais.

b) **Movimentação do direito de uso em arrendamento - CPC 06 (R2)**

	Infraestrutura	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	26.448	32	26.480
Adições, líquidas <sup>(1)</sup>	(1.918)	33	(1.885)
Amortização do direito de uso	(6.172)	(42)	(6.214)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	18.358	23	18.381
Adições, líquidas <sup>(1)</sup>	(905)	263	(642)
Amortização do direito de uso	(5.001)	(87)	(5.088)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	12.452	199	12.651

<sup>(1)</sup> Representa principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.

c) **Revisão da vida útil**

A Administração da Companhia revisa anualmente a vida útil do seu ativo. Tal revisão é suportada com dados históricos, mudança no ambiente econômico em que a Companhia atua. Com base na revisão da vida útil econômica remanescente, a Administração concluiu que a estimativa de vida útil do seu ativo imobilizado representa adequadamente a vida econômica do ativo.

d) **Análise de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis**

Conforme descrito na Nota 3.11, a Companhia efetuou análise dos indicativos de perda para os ativos imobilizados e intangível, bem como efetuou o estudo de recuperabilidade, calculando o valor em uso das unidades geradoras de caixa para comparação com os valores contábeis. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos não financeiros.

As principais premissas-chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir:

• **Receitas**

Projetadas com base na realização do ano de 2025 e projeções orçamentárias para 2026, conforme conceitos definidos no



**AMERICEL S.A.**  
CNPJ: 01.685.903/0001-16



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2025 e 2024** (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

**12.1.2 Contingências cíveis, consumidores, regulatórias**  
A movimentação dos saldos de contingências prováveis e possíveis está demonstrada a seguir:

Natureza	2025			2024		
	Ref.	Provável	Possível	Provável	Possível	Total
PADO'S	a)	7.886	-	7.886	-	7.886
Estratégico	b)	7.653	699	8.352	5.169	141
Ambiental	c)	99	1.325	1.424	118	1.372
Consumidor	d)	323	118	441	287	82
<b>Total</b>		<b>15.961</b>	<b>2.142</b>	<b>18.103</b>	<b>13.460</b>	<b>15.055</b>

a) **Processos Administrativos ou Judiciais por Descumprimento de Obrigações (PADO'S)**  
A Companhia discute sobre as penalidades atribuídas em diversos procedimentos de apuração de descumprimento de obrigação (PADO) instaurados pela ANATEL. Os processos se encontram em andamento dentro dos trâmites previstos pelo Regimento Interno da ANATEL e demais regulamentações pertinentes.

b) **Estratégico**  
Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia registrou passivo relativo a contingências de processos jurídicos de natureza estratégica, no valor de R\$7.653 considerado como perdas prováveis (R\$5.169 em 31 de dezembro de 2024). Além disso, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui contingências de mesma natureza no valor de R\$699, consideradas perdas possíveis (R\$141 em 31 de dezembro de 2024).

c) **Ambiental**  
A Companhia possui contingências de processos ambientais em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$99 (R\$118 em 31 de dezembro de 2024) consideradas como perdas prováveis e R\$1.325 (R\$1.372 em 31 de dezembro de 2024) consideradas como perdas possíveis pelos administradores e consultores jurídicos.

d) **Consumidor**  
Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia registrou no passivo o valor de R\$323 (R\$287 em 31 de dezembro de 2024) relativo a contingências de processos jurídicos de natureza consumidor. A Companhia possui contingências de consumidor em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$118 consideradas como perdas possíveis pelos administradores e consultores jurídicos (R\$82 em 31 de dezembro de 2024).

**12.1.3 Contingências trabalhistas**  
A Companhia possui contingências trabalhistas, em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R\$394 (R\$142 em 31 de dezembro de 2024) consideradas como perdas prováveis pelos administradores e consultores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2025, foram considerados R\$37 como perdas possíveis pelos administradores e consultores jurídicos.

**12.2. Provisão para desmantelamento de ativos**  
A Companhia mantém registrada provisão para obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos pelo seu valor presente, que consiste na capitalização dos custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros. A depreciação dos valores ativados é calculada com base na vida útil dos ativos. Esta capitalização tem como contrapartida uma provisão das obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos, descontada ao valor presente de modo a refletir a melhor estimativa corrente, prática em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingente. Em 31 de dezembro de 2025, o montante registrado no ativo imobilizado na rubrica de infraestrutura, líquido da depreciação acumulada correspondente a R\$1.137 (R\$1.210 em 31 de dezembro de 2024). E o montante de R\$17.368 registrado no passivo, na rubrica de provisões não circulantes (R\$15.957 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, as obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos foram registradas pelo seu valor presente. As taxas de descontos utilizadas refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos da Companhia. A movimentação da provisão para desmantelamento de ativos é como segue:

	2025	2024
Saldo inicial	15.957	7.008
Atualização monetária	1.376	7.768
Adições, líquidas	35	1.181
<b>Total</b>	<b>17.368</b>	<b>15.957</b>

**13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**  
**13.1. Condições gerais**  
As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos acordados entre as partes, e seus principais saldos e valores estão descritos abaixo. A Companhia avalia a recuperabilidade das partes relacionadas e não há necessidade de provisionamento.

As naturezas das transações com partes relacionadas são divididas e juros sobre capital próprio a pagar, transações operacionais (aluguel de circuito e outros), que por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais. Conforme descrito na Nota 14, a Companhia é patrocinadora de planos de benefícios pós-emprego aos seus empregados junto à Telos.

Composição e natureza das transações:

	2025	2024
Saldo inicial	15.957	7.008
Atualização monetária	1.376	7.768
Adições, líquidas	35	1.181
<b>Total</b>	<b>17.368</b>	<b>15.957</b>

**14. PASSIVO ATUARIAL**  
Demonstrativo de movimentação do passivo atuarial:

	2025	2024
Saldo inicial	2.138	2.372
Outros resultados abrangentes	(1.042)	(474)
Custo dos serviços passados	(582)	(28)
Custos dos serviços e juros, líquidos	336	268
<b>Saldo final</b>	<b>850</b>	<b>2.138</b>

A Companhia oferece aos seus funcionários a possibilidade de participar do plano de previdência privada do tipo PGBL ("Plano Gerador de Benefício Livre"), por intermédio do Icatu Hartford até 30 de abril de 2009, que administrava os fundos de investimentos.

A partir de 1º de maio de 2009, a ITAÚPREV passou a ser a administradora do plano de Previdência Privada Complementar. Os valores que dizem respeito à parte da Companhia já foram integralmente transferidos. As reservas dos associados ou ex-associados que não fizeram a opção de portabilidade, continuam com os seus valores no Icatu Hartford.

A partir de 1º de janeiro de 2015 foi implantado o novo Plano de Previdência Privada junto à TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social ("TELOS"), entidade fechada de previdência privada, e pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro. O plano da ITAÚPREV está mantido somente para aqueles já inscritos até 31 de dezembro de 2014.

O PCV foi instituído pela Telos, revisto pelo Governo Federal e aprovado em 19 de novembro de 1998. A modalidade do plano é variável e a contribuição da patrocinadora para participantes inscritos antes de 31 de outubro de 2014 é de 1% a 8% e para a inscrição após esta data é de 1% a 7% do salário aplicável do participante (mesmo percentual de contribuição do empregado sobre o salário-base, livremente escolhido pelo participante), além da contribuição extraordinária prevista no regulamento do plano para financiamento das despesas administrativas e do saldo de conta projetada, para beneficiários nos casos de incapacidade e morte do participante em atividade.

A Companhia oferece plano de saúde a seus empregados, que representa um passivo atuarial no desligamento ou aposentadoria em função da Lei 9.656/98, que garante a continuidade, temporária ou vitalícia, dependendo do tempo de contribuição e se enquadram como benefícios pós-emprego. Seguem as movimentações da obrigação referente ao plano de saúde:

	2025	2024
Saldo inicial	(2.137)	(2.372)
Custo dos serviços corrente	(96)	(50)
Custo dos juros	(239)	(218)
Ganhos atuariais	751	443
Benefícios pagos	14	32
Transferência de pagamentos	279	-
Custo dos serviços passados	582	28
<b>Saldo final</b>	<b>(846)</b>	<b>(2.137)</b>

**15. PASSIVO DE ARRENDAMENTO**  
A Companhia possui contratos classificados como arrendamentos que se enquadram no escopo da CPC 06 (R2). O passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de empréstimo. A taxa média anual ponderada consolidada dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2025 é de 11,47% (12,31% em 31 de dezembro de 2024) com prazo médio de vencimento de oito anos.

A movimentação dos arrendamentos está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	27.580	-
Adições, líquidas	(1.885)	-
Encargos financeiros	2.492	-
Pagamentos	(8.293)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>19.894</b>	<b>-</b>
Adições, líquidas	(643)	-
Encargos financeiros	1.824	-
Pagamentos	(6.820)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>14.255</b>	<b>-</b>

**16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**Capital social**  
Em 09 de dezembro de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi aprovado um aumento de capital da Companhia no valor de R\$50.000 com a emissão de 988.707.864 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, inscritas pela controladora Claropar e integralizadas em moeda corrente nacional.

Em 30 de dezembro de 2024, em AGE, foi aprovado um aumento de capital da Companhia no valor de R\$1.954.206, mediante capitalização da reserva de lucros da Companhia constante no balanço nesta mesma data, sem a emissão de novas ações.

Em 01 de dezembro de 2025, em AGE, foi aprovado um aumento de capital da Companhia no valor de R\$9.739, mediante a entrada do novo acionista Claro capitalizando 177.613.788 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, mediante a conferência à Companhia do acervo líquido de titularidade da Claro, sendo que a Claropar e a Telmex Solutions confirmaram sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Companhia em benefício da Claro. Em consequência, a Claro passou a integrar o quadro de acionistas da Americel.

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$3.702.542 (R\$3.692.903 em 31 de dezembro de 2024), divididos em 77.080.952.430 ações ordinárias (76.903.338.642 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024) todas nominativas e sem valor nominal.

**Reserva de lucros**  
a) **Reserva Legal**  
A legislação societária brasileira determina que as sociedades anônimas criem uma reserva de até 20% do valor total do capital. Antes dos lucros serem distribuídos, as sociedades anônimas devem apropriar 5% do lucro líquido do exercício, limitado àquele percentual.

Em 2025 houve constituição de reserva legal no valor de R\$30.601 (R\$5.278 em 31 de dezembro de 2024).

b) **Dividendos mínimos obrigatórios**  
O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 1% do lucro líquido apurado conforme legislação societária.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia constituiu o dividendo mínimo obrigatório de R\$5.815 (R\$1.003 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2024 foram constituídos dividendos adicionais propostos no montante de R\$99.288. Em 22 de abril de 2025, após a aprovação pela AGE, os valores foram transferidos para o passivo circulante.

c) **Dividendos intercalares**  
Em 30 de dezembro de 2023, em AGE, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intercalares da Companhia, no montante de R\$79.649, com base no resultado apurado conforme balanço patrimonial levantado especificamente para tal finalidade com data de 30 de novembro de 2023, pagos em 09 de dezembro de 2024.

d) **Ganhos e perdas em transações de capital**  
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não realizou perda em transação de capital.

e) **Distribuição de dividendos intermediários**  
Em 09 de janeiro de 2024, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$15.000 à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, pagos na mesma data.

f) **Destinação do lucro líquido**  
Lucro líquido do exercício  
Constituição de reserva legal  
Lucro ajustado  
Dividendos mínimos obrigatórios  
Dividendo adicional proposto  
Constituição de reserva de lucros

**17. RECEITA OPERACIONAL, LÍQUIDA**

	2025	2024
Receita bruta de serviços (1)	305.462	163.261
Deduções:		
Tributos	(22.616)	(6.602)
<b>Receita operacional, líquida</b>	<b>282.846</b>	<b>156.659</b>
(1) Em 01 de julho de 2025, a Companhia passou a oferecer o serviço de gerenciamento de linhas corporativas privadas, anteriormente oferecido pela Claro, conforme operação societária descrita na Nota 16.		

**DIRETORIA**

<b>Roberto Catalão Cardoso</b>	<b>José Rolando Pedro Silva Olmos</b>
Diretor	Diretor

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**  
**Auditors Independents Ltda.**  
CRC nº 2 SP 011609/O-8  
**Alexandre Cassini Decourt**  
Contador  
CRC nº 1 SP 276957/O-4

**CONTADOR**  
**Ricardo Basso Gaião**  
CRC - PR-040021/O-0-S-DF

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Americel S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Americel S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos**  
Auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024  
As demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, datado de 17 de março de 2025, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

**Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**  
A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 26/03/2026  
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/26/AMERICEL1588386126032026.pdf  
Hash: 1774478521c4463c78277449a08b42e79a1f667851

